

ATA DA 5ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 18 de julho de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

1 Aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e oito, às nove
2 horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões dos Órgãos
3 Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará, na sede da
4 Procuradoria Geral de Justiça - PGJ, reuniram-se para a 5ª
5 Reunião Extraordinária do Conselho Estadual Gestor do Fundo de
6 Defesa dos Direitos Difusos - CEG/FDID, sob a Presidência da
7 **Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira**, Vice-Presidente
8 representando a Procuradoria Geral do Estado - **PGE**, as
9 conselheiras e conselheiros adiante indicados: **Dra. Maria Tereza**
10 **Bezerra Farias Sales**, representando o Conselho de Políticas e
11 Gestão do Meio Ambiente - **CONPAM**; **Dra. Marilene da Páscoa**
12 **Barros**, representando a Secretaria da Ciência, Tecnologia e
13 Ensino Superior - **SECITECE**; **Dr. Edson Alves da Silva Filho**,
14 representando a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará -
15 **SECULT**; **Dra. Rimena Alves Praciano**, representando a Secretaria
16 da Saúde do Estado do Ceará - **SESA**; **Dr. Osterne Feitosa Ferro**
17 **Neto**, representando a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará -
18 **SETUR**; **Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa**, Secretário-Executivo do
19 Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - **DECON**;
20 **Dra. Antônia Helena Teixeira Gomes**, representando a Secretaria
21 da Fazenda - **SEFAZ** e a **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira**,
22 representando o Centro de Apoio Operacional da Proteção à
23 Ecologia, Meio Ambiente, Paisagismo, Patrimônio Histórico e
24 Cultural - **CAOMACE**. Justificou Ausência: o representante da 2ª
25 Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano -
26 **PJMA** e o representante da Assembléia Legislativa - **AL**. Não
27 compareceram: as 03 (três) **ONG's**. **Dra. Maria Lúcia de Castro**
28 **Teixeira - PGE**, Vice-Presidente do Conselho, iniciou a sessão
29 cumprimentando a todos os presentes. Em seguida passou para a
30 leitura da Pauta da 5ª Reunião Extraordinária do Conselho
31 Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.
32 Verificada a existência de quórum a sessão foi aberta. Ordem do
33 dia - Primeiro Ponto: Deliberação pelo Conselho do projeto
34 apresentado em 2008 pela Procuradoria Geral de Justiça. Passou a
35 palavra para a Conselheira-Relatora do Projeto a representante
36 da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará. **Dra. Antônia Helena**
37 **Teixeira Gomes** cumprimentou a todos. Processo nº08578/2008-8
38 Projeto: Reparelhamento e Modernização do Ministério Público do
39 Ceará, apresentado pela Procuradoria Geral de Justiça. Leu o
40 relatório (doc. Anexo), e fez uma ressalva, de que o item 08 do
41 formulário do projeto, apresentado às fls. 5, fosse preenchido.
42 Falou que embora tenha apresentado essa sugestão, não considera
43 que seja motivo para desaprovar o projeto. Votou pela aprovação
44 do mesmo. **Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira** submeteu o projeto
45 aos demais Conselheiros que aprovaram o projeto acompanhando o
46 voto da Relatora. Segundo Ponto: Apresentação das sugestões

47 sobre o seminário/oficina para elaboração de projetos. A palavra
48 foi passada para a representante da Secretaria da Saúde. **Dra.**
49 **Rimena Alves Praciano** falou que gostaria de trazer para o
50 Conselho sugestões mais concretas para a melhoria dos projetos.
51 Como a Dra. Sheila já havia falado na realização de dois
52 seminários: um interno envolvendo o poder público, e o outro
53 direcionado ao público externo, pensou que no primeiro seminário
54 deveriam ser revistos os relatórios dos Conselheiros desde os
55 primeiros projetos apresentados, pois através deles saberão das
56 dificuldades sentidas pelas entidades tanto na questão da
57 apresentação do projeto, quanto na documentação. Com base nesses
58 dados, seria realizado o segundo seminário que será direcionado
59 para as entidades. Imaginando também discutir as diretrizes nas
60 prioridades na aplicação dos recursos do fundo, sugeriu ao
61 Conselho Gestor ampliar o Edital de 2009 contemplando a área
62 ecológica. E que o Edital seguinte seria a área do patrimônio
63 cultural. Assim, poderiam inserir na aplicação dos recursos
64 desse fundo o que sentissem que a população cearense está mais
65 necessitando. Disse que no momento são essas as suas sugestões.
66 **Dr. Osterne Feitosa Ferro Neto** falou que o grande problema visto
67 por ele, está nos procedimentos adotados hoje pelo Conselho. A
68 falta de aproveitamento de 100%(cem por cento) dos projetos
69 apresentados, pois só foram aproveitados neste ano, os projetos
70 da Procuradoria Geral de Justiça e o da Procuradoria Geral do
71 Estado. Disse que dessa maneira torna inócuo o fundo e o
72 trabalho dos Conselheiros, pois o Conselho tem uma culpa muito
73 grande nisso e que o mesmo tem que arranjar uma maneira de
74 resolver esse problema. Falou que não seria necessário para os
75 Conselheiros o seminário para ensina-los como fazer projetos,
76 mas sim, solucionar a comunicação entre os clientes do fundo que
77 vão apresentar projetos. Disse que o trabalho realizado pela
78 Secretaria do Conselho Gestor - checklist - foi muito bem feito,
79 e que esse fosse acrescentado à documentação do projeto para que
80 o proponente possa observá-lo quando da elaboração do seu
81 projeto. Sugeriu que poderia ser feito também, sem que fosse
82 necessário realizar seminário, a contratação de um especialista,
83 ou a própria Procuradoria ter um Manual para orientar o
84 proponente na elaboração do Projeto. **Dra. Maria Lúcia de Castro**
85 **Teixeira** falou que o Manual existe, e é disponibilizado na
86 internet para todos os usuários. **Dr. Osterne Feitosa Ferro Neto**
87 pediu desculpas, e ser falta de conhecimento dele. Falou que a
88 análise prévia realizada pela Secretaria foi muito bem feita, e
89 que o relatório é perfeito. Indagou se não seria o caso de
90 disponibilizar aos proponentes esses documentos para que eles
91 possam corrigir os seus projetos. Finalizou dizendo que o
92 Conselho deve ter um mecanismo de melhorar esse aproveitamento.

ATA DA 5ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 18 de julho de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

93 **Dra. Maria Ivonete Batista Albuquerque** falou o que percebeu e
94 que as pessoas deixam para fazer o projeto no último dia e
95 entregam o projeto de qualquer maneira. **Dra. Maria Tereza**
96 **Bezerra Farias Sales** sugeriu que fosse instituído um mecanismo
97 de divulgação dos projetos no interior do Estado, porque muita
98 gente não tem acesso a internet, por isso dificilmente consultam
99 o Edital, e quem tem acesso, não navega para esse fim. Esse
100 mecanismo poderia ser feito através da Assembléia Legislativa do
101 Estado, dos Promotores de Justiça ou com a Associação dos
102 Prefeitos do Ceará - APRECE, que tem muito contato com os
103 municípios, para que seja feita uma divulgação maior. Deve
104 aproveitar essa divulgação e também já informar a necessidade da
105 participação dos membros da sociedade civil nesse colegiado.
106 Isso não quer dizer que não seja disponibilizado na internet e
107 divulgado, pois o site do FDID está muito bom, no link dos
108 projetos consta o Manual Básico, mas as pessoas não têm o hábito
109 de consultar. **Dr. Osterne Feitosa Ferro Neto** falou que quando a
110 Secretaria da Cultura tem problemas desse nível, ela contrata
111 consultorias para orientar os projetos, porque às vezes as
112 pessoas não têm capacidade técnica para interpretar, para fazer
113 o projeto do jeito que tem que ser feito. Talvez fosse o caso
114 desse Conselho ter uma assessoria técnica contratada pelo fundo
115 para fazer a orientação dos projetos. **Dra. Sheila Cavalcante**
116 **Pitombeira** concordou com a sugestão da Dra. Rimena de
117 identificar na retrospectiva que será realizada, quais tem sido
118 nos relatórios as maiores deficiências que ensejaram a recusa ou
119 a não aprovação dos projetos, para daí se ter um ponto de
120 orientação fática. Falou que um ponto importante é ter o modelo
121 do seminário sugerido para se analisar qual é a dificuldade
122 dessa linguagem entre aquilo que está posto no manual, que já
123 diz passo a passo de todo mundo fazer, e que não está sendo
124 atingido pela coletividade, pela sociedade civil. O segundo
125 ponto é que através de um seminário ou de um fórum, ser
126 discutido de como se chegar a esse público. Falou da sugestão da
127 Dra. Tereza de fazer uma grande divulgação através da Assembléia
128 Legislativa, Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará -
129 APRECE e Promotores de Justiça, e até verificar um momento nas
130 rádios, na TV Assembléia para a veiculação dessa questão. Outro
131 ponto seria o que a Dra. Rimena já havia sugerido, que em cada
132 ano fosse priorizada, trabalhada uma ação, e que essa ação tenha
133 alguma coisa do planejamento plurianual para que as coisas
134 ficassem correlacionadas. Disse também que poderia ser
135 verificada a oportunidade de utilizar um espaço na estrutura
136 criada pelo Estado, que é o governo intinerante, para ser
137 veiculado o Fundo. **Dr. Osterne Feitosa Ferro Neto** concordou com
138 as sugestões dadas pela Dra. Sheila, e disse que o Conselho como

139 órgão consultivo não tem o tempo físico para fazer essa análise.
140 Falou que a estrutura do Conselho tem uma Secretária que é muito
141 ativa, mas que tem muitas outras coisas para fazer. Então, falta
142 mão-de-obra para ajudar a fazer a análise e o que é preciso ser
143 feito. **Dra. Maria Lúcia de Castro Teixeira** falou que mais de 60%
144 (sessenta por cento) das Ong's que existem no Estado, não
145 apresentam projetos porque não querem ser fiscalizadas ou porque
146 não funcionam bem. A maioria parece não ter vontade de
147 trabalhar, de usar os recursos da forma que é proposta. Terceiro
148 Ponto: Assuntos Gerais - **Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa**
149 informou que o DECON realizou um evento conjunto com a
150 BRASILCOM, Assembléia Legislativa e a Universidade do Parlamento
151 para preparar a instalação de PROCONS Municipais, que contou com
152 a participação de cento e vinte municípios através de uma vídeo
153 conferência, que foi um sucesso total. Informou também já ter
154 mantido contato com o Deputado Caminha para saber da
155 possibilidade de ser realizado um evento sobre o meio ambiente,
156 e que nesse evento, se os Conselheiros concordassem, poderia
157 também ser encaixado algo sobre a divulgação do trabalho desse
158 Conselho e a informação sobre projetos. Comunicou que poderá
159 ocorrer em Fortaleza falta no abastecimento de combustíveis, em
160 virtude de estar havendo uma greve dos petroleiros, e que por
161 isso, muitos postos já estão fechados. O DECON irá realizar dia
162 22/08 (terça-feira) uma audiência pública com as distribuidoras
163 e o Sindicato dos Petroleiros para tratar desse assunto.
164 Comunicou ainda, que será realizada uma audiência pública dia
165 23/08 (quinta-feira,) com o Conselho Regional de Corretores de
166 Imóveis - CRECE e o Sindicato das Distribuidoras de Combustíveis
167 - SINDISCOM para firmar uma parceria para em uma ação conjunta
168 fiscalizar a construção de imóveis em Fortaleza. **Dr. Edson Alves**
169 **da Silva** disse ter convidado para vir ao Conselho um funcionário
170 da Secretaria da Cultura para falar sobre as dificuldades
171 encontradas na elaboração de projetos. **Dr. Emídio Saderson Dias**
172 **Sá** cumprimentou a todos e falou das dificuldades encontradas na
173 elaboração de projetos de uma maneira geral. Quanto ao Edital
174 para a apresentação de projetos do Fundo de Defesa dos Direitos
175 Difusos do estado do Ceará - FDID, disse que está bem elaborado,
176 sugerindo apenas alterar o dia do término de inscrição para um
177 dia de segunda-feira. Quanto aos formulários dos projetos,
178 sugeriu que antes de serem preenchidos os formulários já
179 existentes, que numa primeira etapa fosse disponibilizado um
180 formulário sucinto (pré-projeto), onde fossem apresentados
181 apenas dados gerais do projeto, como: área do projeto, objetivo,
182 justificativa, valor do projeto, contrapartida, público alvo,
183 orçamento etc. para que os Conselheiros possam fazer uma
184 avaliação prévia do projeto. No caso do pré-projeto apresentado

ATA DA 5ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 18 de julho de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

185 ser aprovado, o proponente seria informado para apresentar o
186 projeto na íntegra. Que no FDID existe um manual ensinando a
187 preencher os formulários, mas como as pessoas geralmente não têm
188 qualificação, profissionalismo suficiente para elaborar
189 projetos, que fosse disponibilizada uma equipe para orientar os
190 proponentes no preenchimento dos formulários. Quanto aos
191 seminários que o Conselho deseja realizar, que fosse explicado o
192 que são direitos difusos, e contextualizar melhor as áreas dos
193 direitos difusos que poderão ser apresentados os projetos. **Dra.**
194 **Maria Ivonete Batista Albuquerque** informou que com relação à
195 orientação no preenchimento dos formulários, tirar dúvidas etc,
196 existe no Manual Básico disponibilizado, o número do telefone e
197 o e-mail do FDID para contato, e que ela fica à disposição dos
198 proponentes para ajudá-los no que for preciso. Informou ainda
199 que durante os três meses em que estavam abertas as inscrições
200 para apresentação de projetos, que havia recebido poucas
201 ligações e a maioria dessas ocorreram poucos dias antes de
202 encerrar as inscrições, como também após o encerramento das
203 mesmas. Como ela já havia falado antes, as pessoas deixam para
204 elaborar os projeto no último dia de inscrição. **Dr. Emílio**
205 **Sanderson Dias Sá** concordou com a informação da Secretária. **Dra.**
206 **Maria Lúcia de Castro Teixeira** - Palavra Facultada - indagou se
207 alguém queria fazer uso da palavra. Como não houve manifestação,
208 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão.
209
210

Maria Lúcia de Castro Teixeira
Vice-Presidente do CEG/FDID

Maria Tereza Bezerra Farias Sales
Conselheira - CONPAM

Marilene da Páscoa Barros
Conselheira - SECITECE

Edson Alves da Silva Filho
Conselheiro - SECULT

ATA DA 5ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 18 de abril de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256

Rimena Alves Praciano
Conselheira - **SESA**

Osterne Feitosa Ferro Neto
Conselheiro - **SETUR**

Antonio Carlos Azevedo Costa
Conselheira - **DECON**

Antônia Helena Teixeira Gomes
Conselheira - **SEFAZ**

Sheila Cavalcante Pitombeira
Conselheiro - **CAOMACE**

257

258 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**

259 **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

260 **FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO ESTADO DO CEARÁ-FDID**

261

262

263 PROCESSO Nº 08578/2008-8

264

265

266 RELATÓRIO

267

268 *Trata-se de análise do processo de nº 08578/2008-8,*
269 *referente ao **projeto** de "Reaparelhamento e Modernização do*
270 *Ministério Público do Ceará - Procuradoria Geral de*
271 *Justiça, cujo **objeto** é dotar os órgãos da PGJ de*
272 *equipamentos de alta resolução, com **objetivo** de agilizar o*
273 *acesso aos serviços disponíveis na rede na PGJ, tais como:*
274 *internet, intranet, correio eletrônico e sistemas de*
275 *informação da PGJ, sob a justificativa de que o Ministério*
276 *Público é uma instituição essencial à defesa da ordem*
277 *social, conforme se depreende da Constituição Federal de*
278 *1988, em seu artigo 27, que assim prescreve:*

279

280 Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe
281 a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

282

283 Visando atender sua missão de cunho constitucional, o Ministério Público do Ceará tem adotado estratégias de ações
284 voltadas à consecução dos objetivos institucionais, dentre elas, o aperfeiçoamento permanente das ferramentas
285 tecnológicas, de forma a dar celeridade às demandas da sociedade e contribuir com a melhoria da qualidade dos
286 resultados da instituição.

287

288 Para a execução de referido projeto, foram apresentados os seguintes formulários preenchidos e rubricados pelo
289 proponente:

290

- 291 • Orçamento resumo no valor de R\$ 64.385,00 (sessenta e quatro mil, trezentos e oitenta e cinco reais), a
292 serem repassados pelo concedente.
- 293 • Indicação da origem dos recursos pleiteados: FDID
- 294 • Efeitos positivos mensuráveis: sem descrição
- 295 • Cronograma físico financeiro Concedente: no valor de R\$ 64.385,00
- 296 • Especificação da contrapartida no valor de R\$ 2.754,00 (dois mil, setecentos e cinquenta e quatro reais);
- 297 • Detalhamento das despesas de capital, acompanhado da identificação dos bens a serem adquiridos com a
298 indicação dos valores unitários e o sub-total;
- 299 • Cronograma de desembolso relativo ao período de agosto a dezembro de 2008;
- 300 • Identificação da Instituição proponente: PGJ
- 301 • Identificação da Coordenação do projeto, a cargo da PGJ, sra. Tereza Jacqueline de Mesquita Ciríaco.
- 302 • Discriminação e justificativa da aquisição de equipamentos: destinação aos órgãos da PGJ e serão
303 utilizados nas atividades meio e fim da instituição

304

305

306

ATA DA 5ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 18 de abril de 2008

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará (PGJ)

307 Consta ainda Termo de Referência da Comissão Permanente de Licitação, contendo as características e
308 especificações mínimas necessárias à aquisição dos bens relativos à implementação do projeto. Vale ressaltar que os
309 itens discriminados no Termo de referência não estão relacionados dentre os bens que **não podem** ser adquiridos
310 com recursos do FDID, nos termos do item 2.6 da Resolução 10, de 18/05/2005.

311
312 O valor total do projeto foi orçado em R\$ 64.385,00 (sessenta e quatro mil, trezentos e oitenta e cinco reais) e mais a
313 contrapartida no valor de R\$ 2.754,00 (dois mil, setecentos e cinquenta e quatro reais), perfazendo um total geral de
314 R\$ 67.139,00 (sessenta e sete mil, cento e trinta e nove reais). Vale observar que o saldo existente no mês de
315 junho/2008 no FDID importa em um valor de R\$ 420.902,75 (quatrocentos e vinte mil, novecentos e dois reais e
316 setenta e cinco centavos) dos quais, R\$ 83.874,48 (oitenta e três mil oitocentos e setenta e quatro reais e quarenta e
317 oito centavos) correspondem aos financiamentos dos projetos do Ministério Público, aprovados em 2006 e 2007.
318 Restando, desta forma um saldo de R\$ 337.028,27 (trezentos e trinta e sete mil, vinte e oito reais e vinte e sete
319 centavos), donde pode se concluir que o valor orçado no projeto corresponde aos 20% previsto no § 3º do art. 3º da
320 Lei Complementar 46/2007, que assim prevê:

321
322 Art. 3º . Constituem recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará – FDID:

323
324 § 3º. 20% (vinte por cento) da receita anual do FDID serão destinados ao reaparelhamento e à modernização dos
325 órgãos de execução e de apoio do Ministério Público do Estado do Ceará.

326
327 Para a execução do projeto foi estipulado o prazo de 05 (cinco) meses, compreendendo os meses de agosto a
328 dezembro de 2008, mesmo período previsto no Plano de Trabalho. O projeto foi apresentado ao Conselho dentro do
329 prazo previsto na Resolução nº 04, de 08 de novembro de 2004, que define a data para apresentação dos projetos
330 que serão financiados com recursos do FDID. (até o dia 30 de agosto de cada exercício) e

331
332 O projeto ora analisado está contido nas finalidades previstas na Lei Complementar de nº 46, de 15 de julho de
333 2004, que estabelece em seu art. 2º, IV, que se segue:

334
335 Art. 2º. O Fundo, de que trata a presente Lei Complementar, tem por **finalidade**:

336
337 *IV - promover o reaparelhamento e a modernização do*
338 *Ministério Público e dos órgãos estaduais de execução e de*
339 *apoio a quem incumbe a defesa dos interesses sociais e*
340 *individuais indisponíveis.*

341
342 Após análise de todos os requisitos formais e materiais que compõem o projeto apresentado, somos pela
343 APROVAÇÃO do mesmo, com a ressalva de que seja preenchido o formulário que repousa às fls 05, referente aos
344 EFEITOS POSITIVOS MENSURÁVEIS ESPERADOS NO CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS, VOLTADOS
345 ESPECIFICAMENTE PARA A CONSEPÇÃO DOS OBJETIVOS.

346
347
348
349
350

Antônia Helena Teixeira Gomes
Conselheira-Relatora - SEFAZ